

## **Fronteiras legais: mídia e acontecimentos penitenciários**

**GILIARDE BENA VINUTO ALBUQUERQUE CAVALCANTE  
VIRGULINO RIBEIRO NASCIMENTO E GAMA:** *Doutorando  
em Desenvolvimento Regional – UFT e Prof. de Direito na Universidade  
Estadual do Tocantins*

**RESUMO:** As narrativas jornalísticas causam efeitos sobre o corpo social que tem sido objeto de pesquisas em todo o Globo. É dizer, até onde os fundamentos e dirigentes da atividade jornalística são inquestionáveis ou questionáveis no voltado à sua percepção crítica e responsável no desenvolvimento das instituições democráticas no Brasil? Para perquirir o objetado, far-se-á pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica a fim de debater a formação do produto notícia valorado em crítico espaço de segregação humana com vistas a melhor compreender os efeitos do dito e do não dito das narrativas analisadas.

**Sumário:** 1 – Introdução. 2 – Narrativa Jornalística: acontecimento, discurso, dito e não dito. 3 – Ordenação Metodológica. 4 – Análise do dito e do não dito. 5 – Considerações finais.

### **INTRODUÇÃO**

As narrativas jornalísticas causam efeitos sobre o corpo social e vêm sendo objeto de pesquisas em todo o Globo. Não é diferente no Brasil, onde espaços historicamente de conflitos põem em xeque as bases éticas e científicas do Jornalismo.

É dizer, até onde os fundamentos e dirigentes da atividade jornalística são inquestionáveis ou questionáveis no voltado à sua percepção crítica e atenta ao bom desenvolvimento das instituições democráticas no Brasil?

Frente a isso, a pesquisa busca estudar, crítico-reflexivamente, o dito e o não dito em narrativas jornalísticas do Jornal do Tocantins no que se volta ao sistema carcerário do próprio Estado do Tocantins (Região Norte, Brasil).

Para tanto, far-se-á pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica a fim de debater a formação do produto notícia valorado em crítico espaço de segregação humana com vistas a melhor compreender os efeitos do dito e do não dito das narrativas analisadas.

### **2. NARRATIVA JORNALÍSTICA: ACONTECIMENTO, DISCURSO, DITO E NÃO DITO**

*Prima facie*, o acontecimento é o princípio da notícia jornalística, mas não anterior ao fato. Normalmente, refere-se a algo exterior ao indivíduo, contudo, arrimado a este para que assuma valor e sentido.

A relação acontecimento e indivíduo, sem embargo, baseia-se em fenômenos advindos da cultura e da história da sociedade. Demais, a relação acontecimento e sujeito pode transpor à coletividade, fornecendo a esta imagens da sua própria constituição ou

das diferentes constituições de sociedades apartadas. Torna-se o acontecimento, nesse espectro, na relação intricada com o indivíduo e a sociedade, ao que se percebe, valor midiático ou material de possível consumo repetitivo. O acontecimento, nessa esteira, é configurado em forma noticiável ou protagonizado na linguagem jornalística e se torna objeto de estudo dos *media* (ALSINA, 2009; BERGER e TAVARES, 2010).

É segmentário concluir que o acontecimento tem nascedouro, ocorrência (vida) e transcendência social (morte) numa dialética perene, ora ordenada, ora desordenada, espelhando-se na natureza, mas dependendo perceptiva e significativamente de um ser ou indivíduo assimilador, que interpreta o mundo (CHARAUDEAU, 2010).

Todo esse curso se dá em etapas: modificação, percepção e significação, o que recebe o nome de *processo evenemencial*. Estaria, assim, a linguagem cumprindo o papel, no processo, de transação do acontecimento do fenomenal para a existência significante.

As palavras, sem especificar um código linguístico, são essenciais ao pensamento coletivo. Sem palavras, os indivíduos em sociedade não teriam memória. O pensamento social é memória formada de recordações coletivas dotadas de sentido, tomando as ideias corpo por meio de pessoas ou grupos de pessoas (BABO-LANÇA, 2013).

A laboração do curso discursivo-reflexivo à volta do grande tema “liberdade de imprensa” e suas variáveis histórico-constitucionais, tendo sido analisado o discurso jornalístico como produto da língua, da linguagem, da fala que destoam o fato, o acontecimento, põe-se em excerto de destacado impasse, seja no universo da Comunicação, seja no universo do Direito.

Aqui, busca-se entender encontros ou desencontros de vozes que possam levar as *narrativas jornalísticas* a travar conflitos com as aspirações éticas, constitucionais e/ou legais que ditam caminhos de exercício para a atividade de imprensa, mas que nem sempre são seguidos na via comunicacional.

Conhecimento objetivo e subjetivo de mundo, eis uma boa maneira de se falar de narrativa ou de buscar conceituá-la.

O mundo se dá sob diversas narrativas, da articulação da linguagem, da fala e da escrita *et cetera*. A narratividade está presente no jornalismo, servindo-lhe pela sucessão de acontecimentos reais ou fictícios que se ordenam para a formação do discurso.

O plano de fundo, observe, está na ideia de imitar, isto é, a capacidade de seleção de elementos linguísticos que hão de formar o fato a ser reportado. É, por natureza, o ato de narrar um movimento do narrador para a construção do seu plano narrativo, nada mais sendo que a conjugação de elementos selecionados e que compõem o relato de pretensão enunciativa, sendo uma escolha intencional e expressão de sentido que se almeja alcançar (BARTHES, 2008; GENETTE, 1995).

O real só pode ser representado. O real se demonstra, logo, se representa. O real, às claras, acontece ou ocorre no mundo, *no hic et nunc* (aqui e agora). A narração possui meio e fim, estabelecendo limites para a narrativa de mundo.

O ato de narrar é a busca de reportar o fato à maneira como ocorre. Narrar é ato

de realização e de irrealização. O irrealizar está nos limites entre o que se vive o que é narrado, esperando-se, por meio do ato de narrar, o afastamento do mundo real, logo, a irrealização. Está o real a acontecer em ação única, requerendo-se a presença do sujeito narrador (BARTHES, 2004; METZ, 2007).

*Mas a visão dada à narrativa sob um plano de elementos linguísticos encartados, sólidos, e, de certo modo, estáticos, se amolda ao conceito moderno de narrativa?*

Embora se espere do profissional a formar e conformar *narrativas jornalísticas* o ajustamento aos fatos aos acontecimentos tais como se dão, é consabido que a não-narrativa também compõe o discurso jornalístico, o que vem provocando reflexões acerca da questão.

Definir positivamente a narrativa é acreditar, talvez perigosamente, na ideia ou no sentimento de que a narrativa é *evidente*, de que nada mais é natural do que contar uma história ou arrumar um conjunto de ações em um mito, um conto, uma epopeia, um romance. A evolução da literatura e a consciência literária há meio século terão tido, entre outras felizes consequências, a de chamar a atenção, bem ao contrário, sobre o aspecto singular, artificial e problemático do ato narrativo. (GENETTE, 2008, p. 255.)

Vê-se em claro que o discurso se transfigura ante os elementos apresentados de maneira sucinta e não exploratória: língua, linguagem e fala.

Na década de 60, o estudo da língua por ela mesma, até então vigente, começa a se desestabilizar a partir de novas propostas teóricas. Surge a preocupação com o **funcionamento da linguagem em uso**, introduzem-se componentes pragmáticos e a dimensão social começa a fazer parte do estudo da língua com o objetivo de combater a perspectiva estruturalista que vigorava. Esse limiar dá lugar ao **surgimento de diferentes práticas sob o rótulo de análise de discurso**. (MELO, 2009, p. 02, grifo nosso.)

O discurso, ou melhor, a análise do discurso ou do funcionamento da linguagem em uso numa dimensão social, ganha força histórica, conforme se expressou, em meados de 1960. É em razão dessa delimitação temporal pulsante que a atenção a processos de produção e interpretação da linguística surgem a demonstrar centros da atividade social, possibilitando-se observar o movimento da *societas* por meio da análise do discurso.

A fim de respeitar o curso lógico do debate cá proposto, vislumbrar-se-á a corrente dominante quanto à análise do discurso; fala-se das teorizações ocorridas na França por meio de Dominique Maingueneau, principal teórico desta pesquisa, e Michel Pêcheux e, dando continuidade aos estudos no Brasil, Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi.

A ideia é discorrer sobre a linguagem e a sociedade ao tom da vertente francesa, pois é destacado que tal segmento busca compreender o sujeito e seu acatamento, na vez de emissor, a discursos sociais de instituição (jornalístico, filosófico, científico *et cetera*) confluindo os sentidos verbais ou não verbais presentes em textos, no caso, nas *narrativas jornalísticas* (MANHÃES, 2009).

Persegue-se o sentido em detrimento do conteúdo, inquirindo-se as semânticas, verbais e não verbais (*o dito e o não dito*), sem se ater a uma ordem de palavras, descrição ou meio de comunicação. Assim, a análise de discurso é técnica de exploração de relações

envolventes da narrativa com a realidade social, explorando-se a produção daquele, o processo social de leitura e seus significados (CAREGNATO e MUTTI, 2006; CHIZZOTTI, 2010; MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2011).

De forma entrelaçada aos autores clássicos da corrente francesa, Pêcheux (1990) vê o discurso como materialização ideológica. O sujeito se faz de depósito de ideologia, desprezando-se a íntima vontade, figurando a língua como processo de exteriorização do âmbito das atividades das diversas esferas sociais.

Mainueneau (2005) define discurso como exposição de textos de cunho histórico que permite a notação de espaço de regularidade enunciativa. Opera-se o discurso como enunciação de outro discurso, encontrando-se o sujeito imerso num espaço de narrativas

Já para Orlandi (2002), o discurso e sua correlata análise faz imbricamento linguístico ao contexto sócio-histórico e ideológico, traçando a linguagem aos modos de produção social. Desta forma, o sujeito e a ideologia se articulam para a concepção discursiva.

Observa-se, das apresentações e definições breves, que o cerne da *Análise de Discurso* é a busca pela relação sujeito, linguagem, língua, fala (uso da linguagem) e sociedade, numa linha de intersecção, objetivando o conhecer das manifestações humanas (relações de poder *et cetera*).

Ainda em Mainueneau (2005, p. 16), a paramentação do discurso vem com as seguintes terminologias: “como integralmente linguísticos e integralmente históricos; ideologia subjacente”.

Melhor dizendo, o teórico citado vê o discurso como formado de objetos dizíveis aos moldes do sistema de código de vinculação à língua e dizíveis ao tempo-espaço histórico. Visa-se a semântica geral, com um olhar para a força de sentidos do discurso.

### **3. ORDENAÇÃO METODOLÓGICA**

Trata-se de pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica.

Conforme maestria de Gil (2008), deve-se “[...] considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. [...] tornam-se a mais importante fonte de informações em qualquer pesquisa de natureza histórica.”

Ainda se apoiando em proposições de Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é tida como aquela que utiliza de contribuições de autores e pensadores diferentes e, no caso da pesquisa documental, os materiais ainda não chegaram a receber um tratamento analítico, ou podem ser reelaborados nos termos da proposta de estudo.

A pesquisa, ratificando, fez-se sobre um conjunto de notícias do *Jornal do Tocantins* publicadas no ano de 2017 que tratavam de cenários críticos, especialmente de fugas de pessoas presas dos ambientes de encarceramento no Tocantins, observando-se o discurso jornalístico empregado. É a pessoa do preso o sujeito analisado nas *narrativas jornalísticas*, descrevendo-se as concepções dos discursos adotados nas vozes dos textos,

e como tais disposições narrativas inter-relacionaram a imagem, a privacidade e a intimidade dos indivíduos noticiados.

À ordem, elegeu-se como critério de seleção de notícias, no ambiente virtual do *Jornal do Tocantins*, a expressão “*uso de imagem de pessoa presa*”, e, como critérios à exclusão de notícias eventualmente não atendidas pelos proêmios da pesquisa, assinalaram-se os seguintes, divididos em seis graus distintos. Senão, vejamos: a) **1° Grau** (*pessoas presas fora do Tocantins*); b) **2° Grau** (*sem identificação de rosto*); c) **3° Grau** (*baixa qualidade imagética*); d) **4° Grau** (*foto repetitiva*); e) **5° Grau** (*foto em preto e branco*); f) **6° Grau** (*foto com pessoa (s) de raça exclusivamente preta*<sup>1</sup>).

Assim, por meio do menu “*buscar*” localizado no sítio eletrônico do veículo jornalístico, informaram-se, inicialmente, os termos: “*fuga de presos*”. Como resultado, encontraram-se 26 (vinte e seis) notícias.

Os dados encontrados, quando do uso da palavra-chave sobreposta, estão distribuídos, ano a ano, da seguinte forma: a) **2017: 26** (*vinte seis*) resultado.

No estágio de adoção dos critérios de tratamento, na vez do critério de seleção das notícias (*uso de imagem de pessoa presa*), obtiveram-se: a) **2017: 04** (*quatro*) resultados.

Já na aplicação dos critérios de **1° grau, 2° grau, 3° grau, 4° grau, 5° grau e 6° grau** de exclusão de dados desimportantes aos objetivos cravados de análise ante a presença de elementos outros a gravitar os principais que são de nítida e desejada inclinação crítica, atingiu-se o que se segue (critério a critério).

- I. Resultados pós aplicação do critério de **1° Grau** (*pessoas presas fora do Tocantins*) ano a ano: 1.3) **2017: 01** (*uma*) exclusão; e 1.7) **Total: 01** (*duas*) notícias excluídas.
- II. Resultados pós aplicação do critério de **2° Grau** (*sem identificação de rosto*) ano a ano: 2.3) **2017: 00** (*zero*) exclusão; 2.6) **Total: 00** (*zero*) notícia excluída.
- III. Resultados pós aplicação do critério de **3° Grau** (*sem qualidade imagética*) ano a ano: 3.3) **2017: 00** (*zero*) exclusão; e 3.7) **Total: 00** (*zero*) notícia excluída
- IV. Resultados pós aplicação do critério de **4° Grau** (*imagem repetitiva*) ano a ano: 4.3) **2017: 00** (*zero*) exclusão; e 4.7) **Total: 00** (*zero*) notícia excluída.
- V. Resultados pós aplicação do critério de **5° Grau** (*foto em preto e branco*) ano a ano: 5.3) **2017: 01** (*uma*) exclusão; e 5.7) **Total: 01** (*duas*) notícias excluídas.
- VI. Resultados pós aplicação do critério de **6° Grau** (*foto com pessoa (s) de raça exclusivamente preta*) ano a ano: 6.3) **2017: 01** (*uma*) exclusão; e

---

<sup>1</sup> A nomenclatura “raça preta” é adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE.

6.7) **Total:** 01 (duas) notícias excluídas.

Estacionando-se na fase de combinação de dados levantados e excluídos em 1º grau, 2º grau, 3º grau, 4º grau, 5º grau e 6º grau, chegou-se a 03 (três) notícias excluídas de 04 (quatro) notícias selecionadas. Em cálculo aritmético, obtiveram-se 01 (uma) notícia tida como apta à análise de discurso jornalístico e vetores oportunizados.

Pois bem, *infra*, ilustra-se tabela com os títulos dos documentos selecionadas no *Jornal do Tocantins* que, após tratamento, foram considerados aptos às discussões metodizadas.

**Tabela 01:** *Títulos compilados de notícias selecionadas após a aplicação dos critérios de tratamento (busca: fuga de presos; seleção: uso de imagem de pessoa presa; e exclusão: 1º Grau – pessoas presas fora do Tocantins/2º Grau – pessoas presas fora da unidade prisional/ 3º Grau – baixa qualidade imagética/4º Grau – foto repetitiva/5º Grau – foto em preto e branco/ 6º Grau – foto com pessoa (s) de raça exclusivamente preta).*

ANO DE 2017
Cinco detentos fogem de cadeia em Dianópolis – Jornal do Tocantins.
<b>TOTAL</b>
01 (um) título de notícia.

**Fonte:** elaborado pelo autor.

#### 4. ANÁLISE DO DITO E DO NÃO DITO

Presentemente, dar-se-á início à análise de discurso, à materialidade do discurso, à ideologização na língua *et cetera*.

Os dados de *discursos jornalísticos*, nos quais se perquire principalmente o *não dito*, se fazem das notícias compiladas do *Jornal do Tocantins* (jornal *online*), fundado em 18 de maio de 1979 (JORNAL DO TOCANTINS, 2020).

Soma-se ao *modus operandi* da análise (busca pelo *não dito*, especialmente), a apresentação do *dito* e o exame do *não dito*. O *dito* é a reprodução fidedigna do texto da notícia selecionada, já o *não dito* é conquistado pela compreensão dos efeitos dos sentidos dos enunciados, requerendo exame distintivo. Ao *não dito*, visa-se os subentendidos

discursivamente que porão às claras com identificação do sujeito, dos valores de que faz defesa, da classe de pertencimento, das posições políticas e ideológicas *et cetera*, tudo a possibilitar enxergar a materialidade e os mecanismos do discurso (histórico, social *et cetera*). À busca do *não dito*, também se somam fatores elementares da língua (coesão lexical, par semântico dos termos, figuras de linguagem etc.) que, igualmente, possuem efeitos de direcionamento do autor-leitor (MAINGUENEAU, 2005; FREITAS, 1999; BRANDÃO, 2004).

Os documentos receberam o devido tratamento técnico-científico de seleção já apresentado na seção “Metodologia”. Por fim, informa-se que a notícia selecionada recebe tratamento em fotos e dados pessoais que caracterizam ou qualificam os sujeitos eventualmente noticiados em zelo à dignidade humana, à legislação pátria e ao fim científico.

*“Cinco detentos fogem de cadeia em Dianópolis”*

(JORNAL DO TOCANTINS, 2017).

#### 4.1 O dito

##### *Cinco detentos fogem de cadeia em Dianópolis*

*Agentes da unidade e a Polícia militar realizam buscas pelos fugitivos; até o momento ninguém foi recapturado*

26/03/2017 – 14:43



*Cinco detentos fugiram na madrugada de hoje na Casa de Prisão Provisória de Dianópolis, a 320 Km de Palmas. A informação foi confirmada pela*

*Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju).*

*Conforme a secretaria, os presos serraram as grades da cela dois da unidade. Posteriormente, eles pularam o muro, que fica próximo à área para banho de sol da cadeia.*

*A Seciju informou que os agentes da unidade com o apoio da Polícia Militar (PM) fazem buscas pelos fugitivos. Até o momento nenhum preso foi recapturado.*

*Os foragidos são os detentos L. S. (alterado pelo autor), C. E. (alterado pelo autor), D. G. A. (alterado pelo autor), D. S. (alterado pelo autor) e N. P. (alterado pelo autor).*

*Segundo a pasta ainda, o local usado para a fuga está passando por reparos. A unidade irá abrir um Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) para apurar a fuga.*

## **4.2 O não dito**

### **a) Elementos interpositivos**

*O sujeito que fala?* Oculto, que trata da evasão de 05 (cinco) pessoas presas da cadeia em Dianópolis - TO.

*A quem se dirige?* A toda a sociedade, advogados (a) (s), defensores (a) (s) públicos (a) (s), familiares de pessoas segregadas na respectiva unidade penal e, principalmente, àqueles que se afeiçoam a eventos de crise no sistema carcerário, ação policial e sensacionalismo de operação repressiva estatal.

*O significado do que se fala?* De plano, possui caráter informativo com marcas jornalísticas sensacionalistas sobre evasão de pessoas do sistema carcerário.

*A razão pela qual se fala?* Utilidade pública dos acontecimentos no sistema prisional, adotando o sensacionalismo como elemento de atração do público.

*A maneira com que se fala?* Mantém informativo de tom sensacionalista nas adoções discursivas, apresentando e reproduzindo dados dos eventos internos que precederam a fuga, bem como dados pessoais das pessoas presas que se evadiram da cadeia de Dianópolis.

*O público ouvinte?* A sociedade em geral, especialmente familiares de pessoas presas sobre os quais recai inicial interesse de apreensão situacional e tratamento da realidade.

*Qual instituição autoriza e justifica o discurso?* A Secretaria da Cidadania e Justiça do Tocantins e Polícia Militar em Dianópolis - TO.

### **b) Elementos enunciativos**

#### **1º Enunciado selecionado**



### Significação literal:



**Significação implícita:** com o título “*foragidos da CPP – Dianópolis em 26/03/2017*”, a pessoa enunciante divulga a imagem, constituída em ambiente carcerário, das 05 (cinco) pessoas que se evadiram. O termo “foragido” é de remissão histórica à clandestinidade, que alude a cenário de conflito e, portanto, chama a atenção da sociedade a eventualmente reprovar a conduta praticada.

A adoção terminológica “foragido”, sem esclarecer se se trata de pessoa presa condenada ou não, possui efeito negativo à imagem humana, pois atribui-lhe fato ilícito administrativo e penal, claramente desonroso, entre os pares sociais. A considerar, mais uma vez, que, sem a certificação da natureza da prisão, atribui-se culpabilidade sem conhecimento de eventual processo penal público resultante em julgamento formador de édito condenatório pela culpabilidade, antecipando efeitos da pena (castigo, sofrimento, reprovação social *et cetera*).

Na imagem sob análise e de fonte desconhecida, têm-se nomes civis expressos e traços característicos das pessoas que se evadiram da unidade prisional, possibilitando claramente a individualização e identificação destes pelo corpo social e não, especificamente, as autoridades públicas que farão adequado procedimento de recaptura dos envolvidos no ato evasivo. Referida decisão da pessoa enunciante é capaz de causar alguns outros efeitos sobre a pessoa presa evadida do cárcere, além das já discutidas a momento. Sobre esses outros efeitos, perfazem-se na vulnerabilidade público-social, na criminalização secundária e na identificação futura vinculada e maculada de imagem pujante ao tempo do ato, todas aptas a trazer consequências imediatas e mediatas que hão de atazanar os fins da pena, a reinserção social *et cetera* (BARATTA, 2002). Como pontuado, a foto de emprego na notícia não conta com fonte conhecida, o que atribui descrédito ao dado imagético.

### 2º Enunciado selecionado

**Significação literal:** *Os foragidos são os detentos L. S. (alterado pelo autor), C. E. (alterado pelo autor), D. G. A. (alterado pelo autor), D. S. (alterado pelo autor) e N. P. (alterado pelo autor).*

**Significação implícita:** repete-se no enunciado o sensacionalismo jornalístico com a menção direta aos nomes das pessoas presas que se evadiram, sem preocupação aos efeitos que o ato pode provocar na ordem pública.

A prática do Jornal sugere à sociedade em geral, pelo que se observa, que conheça, pratique ou corrobore para a recaptura, atribuindo à pessoa do povo responsabilidade social, pela prestação de informações à força policial ou, até mesmo, pela prisão recaptura.

Nada obstante, a atitude jornalística é inconsequente por comprometer a segurança da sociedade ainda mais, incentivando a prática de justiça pelas próprias mãos, bem como o juízo social de reprovabilidade que não ficará apenas sobre o fenômeno da fuga, mas sobre toda e qualquer situação futura em que estejam envolvidas as pessoas publicamente postas em marcante evento de descrédito social.

Mais uma vez, não se observa a confirmação quanto à condição prisional, se de pessoas já condenadas ou não. Se pessoas não condenadas, podendo ser consideradas não culpadas após o devido e esperado julgamento público de estabilização de efeitos jurídicos e legais, as sanções eventualmente atribuídas e possivelmente incentivadas pela mídia já estarão oportunizadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, de modo analítico em discursos de notícia específica do *Jornal do Tocantins*, a força de produção, oferta e divulgação de sentidos pelas narrativas formadas frente à realidade de evasão de pessoas mantidas segregadas em unidades de pena ou provisoriedade.

As reflexões e os exames de práticas se voltaram para um fim íntimo a ambos os setores do saber anunciados (Comunicação e Direito), qual seja, direcionar as discussões para a preservação das atividades de jornais, noticiários e demais veículos ou meios institucionalizados ou empresariais de transmissão de informação para que atuem de forma segura, garantida, nas coberturas de acontecimentos penitenciários a bem do interesse público de fatos sociais relevantes, assim considerados no processo de tratamento técnico, ético e legal.

Inclinável a vigilância da estrutura do direito-dever à *liberdade de imprensa* ou imprensa para a sua continuidade hígida na República, pois, a depender do terreno de atuação, pode se divorciar dos fundamentos éticos, sociais e legais de instituição, consolidação e estabilidade, permitindo, a prejuízo próprio, discussões que pairam sobre a condigna e legítima performance de veículos jornalísticos frente a outros campos da vida social que são tangenciados direta ou indiretamente, *in casu*, a ambiência carcerária constituída, massivamente, por sujeitos de direitos e deveres que preservam a condição de titulares dos direitos, dentre outros, à imagem, à privacidade e à intimidade, não limitados no ato de ergástulo, persecução e sancionamento pelo Estado-Juiz.

É dizer, o exercício do direito à prestação de informação (*liberdade de imprensa*) carece, refrise-se, de consciência de si, o que só se obtém pelo mergulho na história política, social e legislativa do país, submersão capaz de evidenciar o quão turbulento foi o processo de estruturação e aparente estabilização da expressão liberdade (*lato sensu*), que reclama atuação responsável de profissionais da imprensa, a fim de preservar as bases políticas e sociais que dão justificabilidade à atividade dos veículos noticiosos, bem como diversos outros meios de transmissão de informação, públicos ou particulares.

## REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. Ed. Revan. Instituto Carioca de Criminologia, Rio de Janeiro, 2002.
- BABO-LANÇA, Isabel. Configuração mediática dos acontecimentos do ano. **Caleidoscópio, Revista de Comunicação e Cultura**, n. 10, 2013.
- BARTHES, Roland. **Aula. 11**. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: \_\_\_\_\_ [et. al.]. **Análise estrutural da narrativa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2004.
- BRASIL. **Jornal do Tocantins**. Periódico *online*. Disponível em: <https://www.jornaldotocantins.com.br/>. Acesso em 20 set. 2021.
- BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia P. S. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis, Insular, 2010. p. 121-142.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. **Texto & Contexto: Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- FREITAS, Antônio Francisco de. **Análise do discurso jornalístico: um estudo de caso**. 1999. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/freitas-antonio-dicurso-jornalístico.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Vega Universidade, 1995.
- GENETTE, Gérard. Fronteiras da narrativa. In: **Análise Estrutural da narrativa**. Tradução: Maria Zélia Barbosa. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora São Paulo. Atlas, 2008.

MANHÃES, E. Análise do Discurso. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 305-315.

MAINGUENEAU, Dominique. 2005. **Gênese dos Discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições. 189 p. ISBN 85-8814-131-0.

MELO, Iran Ferreira de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, Ano 05, n. 11, 2º Semestre de 2009, ISSN 1807-5193. Disponível em: <  
[http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo\\_ADeACD.pdf](http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf)>. Acesso em 06 de nov. de 2021.

METZ, Christian. Apontamentos para uma fenomenologia da narração. In: \_\_\_\_\_. **A significação no cinema**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

ORLANDI, E. A análise de discurso e seus entremeios: notas para a sua história no Brasil. **Caderno de Estudos Linguísticos** (42), Campinas: Jan./Jun 2002.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso** – introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp. pp 61 – 161, 1990.